



## Prefeitura Municipal de Bebedouro

### ATA DE SESSÃO

Pregão (Setor público) - Edital nº 02/2024 - Processo nº 03/2024

Ao(s) 13 dia(s) do mês de Março do ano de 2024, no endereço eletrônico [www.bbmnet.com.br](http://www.bbmnet.com.br) | [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br) (acesso licitações públicas), nos termos da convocação do Aviso e Edital de licitação supra mencionado, reuniram-se o Pregoeiro / Agente de contratação, Sr(a). Luiz Felipe Lopes do(a) Prefeitura Municipal de Bebedouro, inscrito no CNPJ sob o nº 45.709.920/0001-11, para proceder a sessão pública de Pregão (Setor público) com o objetivo de Registro de Preços para Bens ou Serviços Comuns, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório / edital. As informações relacionadas a Sessão Pública do Pregão (Setor público), após o seu encerramento, são as seguintes:

Ata gerada as 3:25:26 PM do dia 26 de Março de 2024

#### **PARTICIPANTES:**

Nome / Razão social e CNPJ / CPF (em ordem alfabética)

ATITUDE EMPREENDIMENTOS EM SERVIÇOS LTDA	04.328.924/0001-72
CAMPOS GESPEDE TREINAMENTOS LTDA EPP	14.122.365/0001-01
D MARIA ARBITRAGEM SERVIÇOS E EVENTOS LTDA - EPP	28.800.338/0001-47
F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA	49.258.944/0001-52
HABILIDADE ESPORTE SERVIÇOS LTDA	26.961.485/0001-73
LIGA ARBITROS RMP LTDA	50.042.493/0001-09
Satélite Promoções e Comércio LTDA	05.927.075/0001-36
SILVIO ANTONIO VITAL	44.931.484/0001-68
VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	34.994.074/0001-02

#### ***LOTE 1 - Homologado***

**Critério de Participação:** Ampla participação - **Critério de fechamento:** Global do Lote

**Item nº 1** - Objeto: DESPESAS COM ARBITRAGEM DE FUTEBOL DE CAMPO - ACIMA 18 ANOS

Quantidade: 250      Preço unitário: R\$ 490,0000      Valor Final: R\$ 122.500,0000      Marca/Modelo:

**Item nº 2** - Objeto: DESPESAS C/ARBIT. DE FUTEBOL DE CAMPO 08 A 17 ANOS

Quantidade: 150      Preço unitário: R\$ 290,0000      Valor Final: R\$ 43.500,0000      Marca/Modelo:

**Item nº 3** - Objeto: DESPESAS COM ARBITRAGEM DE FUTSAL - ACIMA 18 ANOS

Quantidade: 250

Preço unitário:R\$ 290,0000

Valor Final:R\$ 72.500,0000

Marca/Modelo:

**Item nº 4** - Objeto: DESPESAS C/ARBIT. DE FUTSAL DE 08 A 17 ANOS

Quantidade: 150

Preço unitário:R\$ 286,6000

Valor Final:R\$ 42.990,0000

Marca/Modelo:

**Valor Global (final):R\$ 281.490,0000****Observação, 'Preço unitário' e 'Valor Final' dos itens podem sofrer arredondamentos****CLASSIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES**

Nome/Razão Social	Apelido	CNPJ / CPF	Oferta Inicial	Oferta Final	Marca	ME/EPP
VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	Participante 7	34.994.074/0001-02	R\$ 613.000,0000	R\$ 281.490,0000	Sem Marca	Sim
SILVIO ANTONIO VITAL	Participante 9	44.931.484/0001-68	R\$ 367.750,0000	R\$ 299.800,0000	Sem Marca	Sim
D MARIA ARBITRAGEM SERVIÇOS E EVENTOS LTDA - EPP	Participante 3	28.800.338/0001-47	R\$ 438.050,0000	R\$ 319.980,0000	Sem Marca	Não
ATITUDE EMPREENDIMIENTOS EM SERVIÇOS LTDA	Participante 4	04.328.924/0001-72	R\$ 509.000,0000	R\$ 319.990,0000	Sem Marca	Sim
Satélite Promoções e Comércio LTDA	Participante 6	05.927.075/0001-36	R\$ 438.166,5000	R\$ 390.000,0000	Sem Marca	Sim
HABILIDADE ESPORTE SERVIÇOS LTDA	Participante 5	26.961.485/0001-73	R\$ 522.500,0000	R\$ 414.900,0000	Sem Marca	Sim
CAMPOS CESPED E TREINAMENTOS LTDA EPP	Participante 8	14.122.365/0001-01	R\$ 437,6000	R\$ 437.600,0000	Sem Marca	Sim
LIGA ARBITROS RMP LTDA	Participante 2	50.042.493/0001-09	R\$ 440.250,0000	R\$ 440.250,0000	Sem Marca	Sim

**PARTICIPANTE(S) DESCLASSIFICADO(S)**

Nenhum participante foi desclassificado neste lote.

**PARTICIPANTE(S) INABILITADO(S)**

Nome/Razão Social	Apelido	CNPJ / CPF	Oferta Inicial	Oferta Final	Marca	ME/EPP
F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA	Participante 1	49.258.944/0001-52	R\$ 438.000,0000	R\$ 281.400,0000	Sem Marca	Sim
<b>Justificativa</b>						
Não apresentou a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de DÉBITOS INSCRITOS em Dívida Ativa, conforme exigido no item 8.2.3. do Edital.						

**RECURSOS DO LOTE**

**RECURSO(S) E CONTRARRAZÕES**

Nome Participante	Apelido	CNPJ / CPF	Data e hora do registro do Recurso	
F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA	Participante 1	49.258.944/0001-52	18/03/2024 - 15:55:32	
Motivação do Recurso				
A empresa foi inabilitada por não apresentar certidão negativa de débitos inscritos na fazenda estadual, mesmo sendo EPP e apresentando a melhor proposta ao poder público.				
CONTRARAZOES DO RECURSO				
Nome Participante	Apelido	CNPJ / CPF	Data e hora do registro da contrarrazão	
VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA	Participante 7	34.994.074/0001-02	21/03/2024 - 12:44:44	
Justificativa da Contrarrazão				
A empresa VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.994.074/0001-02, estabelecida na Rua: CURITIBA, 782 - JARDIM PARANÁ – ASSIS/SP - CEP: 19.807-510, - Tel. (18) 99752-2164, neste ato regularmente representada por seu proprietário Sr. GABRIEL VOLFFE ARRUDA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.876.641-3, devidamente inscrita no CPF sob o nº 327.038.008-94, vem à presença de Vossa Senhoria, por intermédio do seu procurador subscrito, com fulcro Artigo 41, § 2o da Lei nº 8.666/1993, no art. 4º, inciso XIX, da Lei Federal nº 10.520/2002, art. 44 do Decreto nº 10.024/2019, e item 9.3. do referido Edital apresentar as CONTRARRAZÕES, conforme documento na integra anexo.				
JULGAMENTO DO RECURSO				
Órgão	Cargo	Julgador	Data e hora do registro do julgamento	Decisão
Prefeitura Municipal de Bebedouro	Pregoeiro	Luiz Felipe Lopes	25/03/2024 - 14:53:50	Negado
Justificativa				
O Pregoeiro no uso de suas atribuições legais INDEFERE o recurso, mantendo sua decisão anteriormente proferida, submetendo a Autoridade Superior, o Sr. Prefeito Municipal, a decisão final sobre o recurso apresentado.				
Órgão	Cargo	Julgador	Data e hora do registro do julgamento	Decisão
Prefeitura Municipal de Bebedouro	Autoridade Competente	Lucas Gibin Seren	26/03/2024 - 15:14:39	Negado
Justificativa				
Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com a manifestação de recurso administrativo interposto pela empresa recorrente F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na sessão pública de processamento do certame licitatório. Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada vencedora a empresa VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA após a inabilitação da empresa F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA, manifestou-se o representante presente da empresa F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA sua intenção de apresentar recurso, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de suas razões recursais, ficando as demais empresas licitantes participantes intimadas para apresentarem as contrarrazões, em igual número de dias, a contar do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do recurso administrativo interposto pela empresa recorrente F. M. BITTAR ASSESSORIA ESPORTIVA E ARBITRAGEM LTDA, junto a plataforma de pregão eletrônico BBMNET. Por sua vez, dentro do prazo estabelecido manifestou-se apresentando sua contrarrazão de recurso, a empresa licitante VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, devidamente anexado junto a plataforma de pregão eletrônico BBMNET. Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no Edital nº 02/2024 da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2024, nas razões de recurso apresentada pela empresa recorrente e nas contrarrazões de recurso apresentada pela empresa impugnante, venho-me de que o Pregoeiro acertou na sua decisão anteriormente proferida. Com efeito, a decisão do Pregoeiro é lícita e deve ser validada. Posto que, em que pese as argumentações expostas pela recorrente, em evocar para si, os efeitos previstos no item 8.3.1.2. do Edital, no qual assim descreve: "Havendo alguma restrição da comprovação de				

regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa", tal medida não se aplica ao presente caso, pois a empresa citada não apresentou documento com restrição, mas sim deixou de apresentá-lo, ou seja, contrariando o descrito no edital. Com efeito, a leitura dissociada dos artigos 42 e 43 presentes na Lei Complementar nº 123/2006 pode gerar dificuldades na compreensão, quanto ao verdadeiro conteúdo do benefício, uma vez que, claramente a norma não dispensa a apresentação dos documentos de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, pelo contrário, as mesmas continuam obrigadas a apresentar como requisitos de habilitação todos os documentos de regularidade fiscal, sob pena de inabilitação no certame. No entanto, a norma legal possibilita às microempresas e empresas de pequeno porte sanar falhas (restrição) porventura existentes nos documentos de regularidade fiscal apresentados, o que, via de regra, é vedado para os demais participantes não favorecidos com a medida legal. Assim, havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das licitantes enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/2006, será facultado às mesmas, e apenas a essas empresas, a oportunidade de regularização no prazo previsto na lei. Desta forma, a Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, expressamente determina que as contratações públicas sejam precedidas de procedimento licitatório. Sendo um procedimento anterior ao próprio contrato, permite que várias pessoas ofereçam suas propostas, e em consequência, permite também que seja escolhida a mais vantajosa para a Administração. Como foi instruída por fundamentos próprios, a licitação é norteada por alguns princípios, alguns dos quais expressos em lei, os quais definem os lineamentos em que se deve situar o procedimento. Dentre estes princípios, destaca-se o **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**, que é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. Por este princípio evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. Assim, é vedado à Administração e aos licitantes, o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige. O Edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece, sendo ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes. Nesse sentido, o artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/21 reforça claramente a tese de que o instrumento convocatório tem natureza jurídica de ato administrativo normativo, composto por regras, no qual assim descreve: "O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento". Sob este contexto, a Administração deve realizar procedimento que seja equânime, transparente, dando oportunidade para que todos os interessados disputem o contrato que ela irá firmar da mesma maneira, devendo a Administração seguir rigorosamente as regras previstas no edital para a sua decisão, entendo que não assiste razão à recorrente. Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, DECIDO no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, pelo conhecimento do recurso administrativo interposto e pelo não provimento do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, mantendo-se a r. decisão recorrida que outrora a vista da habilitação, declarou vencedora no presente certame licitatório a empresa VOLFFE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA. Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br) através do competente extrato de julgamento, bem como, sua disponibilização na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET ([www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)) para a devida ciência de todos. Por fim, em atendimento ao parágrafo 5º, do artigo 165, da Lei Federal nº 14.133/21 e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo. Bebedouro/SP., 26 de março de 2024. LUCAS GIBIN SEREN PREFEITO MUNICIPAL

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão pública do(a) pregão eletrônico, sendo a respectiva Ata lavrada pelo Pregoeiro / Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

Participaram do julgamento do(a) presente Pregão Eletrônico:

---

**Luiz Felipe Lopes**

Pregoeiro

---

Paulo Eduardo Martins

Equipe de Apoio

---

Cesar Augusto de Souza

Equipe de Apoio

---

Ricardo Jose Melanda

Equipe de Apoio